



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

### REAPLICAÇÃO

# CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

TIPO 1 – BRANCA



#### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.



#### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



#### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**



## Conhecimentos Específicos

1

A tentativa de criar uma nova modalidade de extinção de créditos tributários estaduais por meio de dação em pagamento em bens, à luz da jurisprudência do STF,

- (A) viola o conceito de tributo de ser prestação pecuniária compulsória cujo pagamento deve se dar em moeda.
- (B) é admissível apenas quanto a bens imóveis, desde que previsto em lei complementar estadual.
- (C) seria incorreta por violar o Código Tributário Nacional, que apenas admite a dação em pagamento em bens imóveis.
- (D) é passível de ser prevista apenas para bens móveis, desde que prevista em lei complementar estadual.
- (E) pode abranger tanto bens móveis como imóveis, desde que prevista em lei estadual complementar ou ordinária.

2

Se a União resolver exercer a sua competência para a criação de impostos residuais, quanto à repartição das receitas tributárias do montante arrecadado com tais impostos, pertencerá aos Estados e ao Distrito Federal o percentual de

- (A) 10% do produto da arrecadação.
- (B) 20% do produto da arrecadação.
- (C) 30% do produto da arrecadação.
- (D) 40% do produto da arrecadação.
- (E) 50% do produto da arrecadação.

3

Um menor com apenas 10 anos de idade, em relação a imóvel urbano registrado regularmente em seu nome obtido a partir de doação de seu avô, é considerado, em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

- (A) contribuinte de direito.
- (B) contribuinte de fato.
- (C) terceiro responsável tributário, sendo seu avô o contribuinte.
- (D) terceiro responsável tributário, com responsabilidade subsidiária quanto a seus pais, que são os contribuintes.
- (E) terceiro responsável tributário, com responsabilidade solidária quanto a seus pais, que são os contribuintes.

4

Fabiana, profissional liberal que presta serviços a pessoas físicas e contribuinte do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física (IRPF), deixou de apresentar à Secretaria da Receita Federal do Brasil sua declaração de ajuste anual relativa a um certo ano.

Em razão disso, o Fisco federal, quanto aos fatos geradores cuja declaração não chegou a ser apresentada por Fabiana, terá que efetuar

- (A) um lançamento por declaração, no prazo decadencial de 5 anos a contar da ocorrência do fato gerador.
- (B) um lançamento de ofício, no prazo decadencial de 5 anos a contar da ocorrência do fato gerador.
- (C) um lançamento misto, no prazo decadencial de 5 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (D) um lançamento direto, no prazo decadencial de 5 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (E) um autolancamento, no prazo decadencial de 5 anos a contar da ocorrência do fato gerador.

5

A Cia. do Metrô do Município Alfa, capital do Estado Beta, é uma sociedade de economia mista prestadora de serviço público de transporte de passageiros, tendo 97,5% de suas ações detidas pelo Estado Beta, 2,4% de suas ações detidas pelo Município Alfa e 0,1% de suas ações detidas pelo BNDES. Tal empresa não distribui lucros a acionistas privados que não integram a Administração Pública e, dada a natureza do serviço, não tem concorrentes. Contudo, como é proprietária de alguns imóveis desocupados, ela os aluga para terceiros que neles exploram atividades comerciais. As rendas de tais aluguéis são investidas na atividade-fim de serviço público de transporte de passageiros.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sobre os imóveis de propriedade da Cia. do Metrô do Município Alfa alugados para terceiros com fins comerciais pode incidir IPTU, a ser cobrado dessa sociedade de economia mista.
- (B) Embora seja possível incidir IPTU sobre tais imóveis alugados, estes somente poderão ser cobrados dos locatários, e não da locadora Cia. do Metrô do Município Alfa.
- (C) Ausente o *animus domini* por parte dos locatários, não podem estes ser considerados contribuintes de IPTU de tais imóveis locados, mas tão somente responsáveis tributários por substituição quanto à locadora Cia. do Metrô do Município Alfa.
- (D) A Cia. do Metrô do Município Alfa, por configurar uma sociedade de economia mista, com a presença de um acionista privado (BNDES), não faz jus à imunidade tributária de impostos.
- (E) Como a Cia. do Metrô do Município Alfa pode gozar da imunidade recíproca de impostos, tais imóveis alugados ficam também imunes da incidência de IPTU.

6

Uma nova Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil diminuiu o prazo de pagamento de certo tributo federal, gerando indignação entre os sujeitos passivos tributários.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) A alteração de prazo de pagamento de tributo somente poderia ser feita por meio de lei.
- (B) Somente um Decreto do Presidente da República poderia alterar o prazo de pagamento de tributo federal.
- (C) A norma que altera o prazo de pagamento tributário não se sujeita ao princípio da anterioridade tributária.
- (D) Embora a Instrução Normativa seja instrumento apto a alterar prazo de pagamento de tributo federal, deve respeitar apenas o princípio da anterioridade tributária nonagesimal.
- (E) Embora a Instrução Normativa seja instrumento apto a alterar prazo de pagamento de tributo federal, deve respeitar apenas o princípio da anterioridade tributária anual.

**7**

Durante a vigência de estado de calamidade pública de âmbito nacional, decretado pelo Congresso Nacional por iniciativa privativa do Presidente da República, o Município Alfa, por lei municipal, deseja conceder isenção de IPTU a uma série de clubes desportivos e também deseja contratar com eles a realização de programas de esporte para atendimento à população. Contudo, os referidos clubes possuíam débitos com o sistema da seguridade social.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tais clubes, por estarem em débito com o sistema da seguridade social, não poderão contratar com o Município Alfa nem dele receber benefícios fiscais.
- (B) O fato da existência de débito com o sistema da seguridade social apenas impede tais clubes de receberem benefícios fiscais, mas não de contratar com o Município Alfa.
- (C) O fato da existência de débito com o sistema da seguridade social apenas impede tais clubes de contratar com o Município Alfa, mas não de receber benefícios fiscais.
- (D) O fato da existência de débito com o sistema da seguridade social não impede tais clubes de receberem benefícios fiscais, mas a contratação com o Município Alfa fica condicionada a autorização prévia da Assembleia Legislativa do Estado em que situado tal município.
- (E) Tais clubes, ainda que em débito com o sistema da seguridade social, poderão contratar com o Município Alfa e também dele receber benefícios fiscais.

**8**

Acerca do tema da dívida ativa tal como previsto no Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa correta.

- (A) A inscrição em dívida ativa tributária pode ser regularmente efetuada a partir da efetiva notificação ao sujeito passivo tributário do prazo para pagamento do tributo.
- (B) Presume-se fraudulenta a alienação de bens, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
- (C) É vedada a divulgação de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- (D) A fluência de juros de mora exclui a liquidez do crédito inscrito em dívida ativa tributária.
- (E) A dívida regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.

**9**

Certo Conselho de Fiscalização de Profissão Regulamentada, por meio de decisão de sua Diretoria Colegiada, resolveu aumentar o valor da anuidade cobrada dos profissionais regulamentados de nível superior, atingindo o máximo previsto em lei específica para cobrança de tais anuidades, num aumento de 15% em relação ao ano anterior. A classe regulamentada ficou revoltada com tal aumento que estava acima dos índices oficiais de inflação de 10%.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) A decisão da Diretoria Colegiada, embora tenha desagradado aos profissionais regulamentados, não violou a Constituição Federal de 1988.
- (B) A fixação do valor da anuidade por decisão da Diretoria Colegiada violou o princípio da legalidade.
- (C) Por não se tratar de contribuição de natureza tributária, a fixação e aumento dos valores de anuidades pode ser feita por decisão da Diretoria Colegiada.
- (D) O aumento de 15% em relação ao ano anterior por mera decisão de Diretoria Colegiada configura cobrança confiscatória.
- (E) A decisão da Diretoria Colegiada somente poderia incorporar aumentos até o limite dos índices oficiais de inflação.

**10**

O Estado Alfa resolveu cobrar diretamente, por meio da instalação de praças de pedágio, pedágio pelo uso da estrada estadual ALFA-101. Com os recursos advindos desta cobrança, pretende ele mesmo manter em boas condições a circulação nesta via.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pedágio cobrado diretamente pelo Poder Público, como substituto do antigo “selo-pedágio” federal, somente pode ser cobrado mediante criação em lei federal.
- (B) Tal cobrança se configura como uma taxa estadual, em razão da utilização efetiva da rodovia estadual.
- (C) Mesmo que se trate de preço público, sua criação e fixação do valor a ser efetivamente cobrado dependem de lei estadual.
- (D) Ainda que explorado diretamente pelo Estado Alfa, ausente sua compulsoriedade, o pagamento desse pedágio se configura como preço público.
- (E) Na atual configuração constitucional, o pedágio somente pode ser implantado mediante o regime de concessão, com delegação da capacidade tributária ativa ao concessionário privado para cobrança do preço público.

**11**

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é hoje uma das mais relevantes fontes de custeio da seguridade social em nosso país. Em razão de sua grande importância no conjunto da arrecadação federal, essa contribuição já foi por diversas vezes objeto de decisões do Plenário do Supremo Tribunal Federal.

À luz da jurisprudência do STF sobre a CSLL, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não incide a CSLL sobre o lucro das empresas exportadoras.
- (B) É inconstitucional a proibição prevista em lei de dedução do valor da CSLL para fins de apuração do lucro real, base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas.
- (C) É inconstitucional a incidência da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.
- (D) O estabelecimento de alíquotas diferenciadas de CSLL para instituições financeiras e entidades assemelhadas é inconstitucional.
- (E) É inconstitucional a cobrança da CSLL em face das entidades fechadas de previdência complementar em que haja contribuição dos beneficiários.

**12**

Maria e Marta, duas amigas, desejam iniciar uma empresa prestadora de serviços de informática em que ambas serão sócias, titularizando cada uma 50% das cotas do capital social. Maria integraliza suas cotas por meio de transferência em dinheiro, mas Marta, que não dispõe de dinheiro no momento, pretende integralizar suas cotas, por meio da transferência, a valor de mercado, de um imóvel para a nova sociedade empresária.

Diante desse cenário e acerca da incidência do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI) na transferência feita por Marta, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ITBI não incide sobre a transmissão deste imóvel de Marta, por ser incorporado ao patrimônio da sociedade empresária em realização de capital.
- (B) Ausente a fusão de sociedades empresárias, hipótese excepcional prevista na legislação de regência, deve incidir o ITBI sobre a transmissão deste imóvel feita por Marta.
- (C) Somente na hipótese de incorporação de sociedades empresárias não incidiria o ITBI sobre a transmissão deste imóvel feita por Marta.
- (D) Para que não incidisse o ITBI sobre a transmissão deste imóvel feita por Marta, seria necessário que se estivesse diante de uma hipótese de cisão de sociedades empresárias.
- (E) Incide o ITBI sobre a transmissão deste imóvel feita por Marta, pois não se trata de hipótese de extinção de sociedades empresárias, tal como previsto na Constituição Federal de 1988.

**13**

O Tribunal de Contas do Estado Alfa (TCE-Alfa), por meio de parecer, determinou que se excluísse, da receita corrente líquida e do limite de despesa com pessoal, o Imposto de Renda (IR) retido na fonte incidente sobre a folha de pagamento de servidores do Estado Alfa e dos seus Municípios. O Governador do Estado Alfa insurgiu-se contra tal parecer e propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o STF alegando sua inconstitucionalidade.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tal parecer, por tratar de matéria orçamentária, não pode ser submetido a controle abstrato de constitucionalidade.
- (B) Tal parecer, por não ter densidade normativa legal, acarreta apenas ofensa reflexa à Constituição Federal.
- (C) Tal parecer viola a Lei de Responsabilidade Fiscal, ocasionando também violação direta à Constituição Federal.
- (D) Tal parecer se coaduna apenas parcialmente com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual apenas exclui do conceito de receita corrente líquida o Imposto de Renda (IR) retido na fonte incidente sobre a folha de pagamento de servidores.
- (E) Tal parecer se coaduna apenas parcialmente com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual apenas exclui do limite de despesa com pessoal o Imposto de Renda (IR) retido na fonte incidente sobre a folha de pagamento de servidores.

**14**

A Lei nº 4.320/1964 completa 60 anos de publicação em março de 2024. Em razão disso, alguns de seus conceitos e classificações já não se compatibilizam com o ordenamento constitucional atual, tal como ocorre com a classificação presente em seu art. 39 de certos créditos públicos a serem inscritos na Dívida Ativa Tributária e na Dívida Ativa Não Tributária.

Acerca desse tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O foro pago à União pelos terrenos de sua propriedade dados em aforamento a particulares, apesar de classificado pela Lei nº 4.320/1964 como sendo inscrito em Dívida Ativa Não Tributária, atualmente apresenta natureza tributária.
- (B) A taxa de ocupação paga à União pela ocupação de terrenos federais, apesar de classificada pela Lei nº 4.320/1964 como sendo inscrita em Dívida Ativa Não Tributária, atualmente apresenta natureza tributária.
- (C) O *laudêmio* pago à União pela transferência onerosa, entre vivos, do domínio útil de terreno da União já era classificado pela Lei nº 4.320/1964 como sendo inscrito em Dívida Ativa Não Tributária, tendo mantido tal natureza não tributária após o advento da Constituição Federal de 1988.
- (D) A contribuição de Conselho de Fiscalização Profissional já era classificada pela Lei nº 4.320/1964 como sendo inscrita em Dívida Ativa Não Tributária, tendo mantido tal natureza não tributária após o advento da Constituição Federal de 1988.
- (E) O empréstimo compulsório pago à União já era classificado pela Lei nº 4.320/1964 como sendo inscrito em Dívida Ativa Tributária, tendo mantido tal natureza tributária após o advento da Constituição Federal de 1988.

**15**

A teoria de Laband encontrou rapidamente aceitação em outros países, precisamente por ter sido um autor que, de modo mais aprofundado, tratou da natureza jurídica do orçamento. [...] A visão labandiana espalhou-se rapidamente por outras nações europeias, sobretudo pela França e Itália, de onde acabou por influenciar Portugal e o Brasil.

(ABRAHAM, Marcus. *Teoria dos Gastos Fundamentais*. São Paulo: Almedina, 2021).

O fragmento acima ressalta a relevância da doutrina do jurista germânico Paul Laband, o qual propugnava que o orçamento público tem natureza jurídica de

- (A) lei meramente material.
- (B) lei meramente formal.
- (C) ato-condição.
- (D) norma geral.
- (E) norma abstrata.

**16**

No âmbito do Estado Alfa, apurou-se a situação preocupante quanto ao equilíbrio das contas públicas de que, no período de 12 meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes no Poder Executivo superou 95%.

Em razão disso, enquanto permanecer tal situação, devidamente declarada pelo Tribunal de Contas do Estado Alfa, o Poder Executivo do Estado Alfa não poderá

- (A) criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa.
- (B) alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
- (C) criar ou expandir de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções.
- (D) conceder ou ampliar incentivo ou benefício de natureza tributária.
- (E) receber garantias de parte de qualquer outro ente da Federação.

**17**

Ruy Barbosa, ao tratar de matéria orçamentária, jocosamente condenava o que denominou em seu tempo de “orçamento rabilongo”.

A expressão, embora inventada como um neologismo pelo afamado jurista soteropolitano, visava a proscrever uma prática normativa gravemente violadora do

- (A) princípio da transparência orçamentária.
- (B) princípio da simplicidade orçamentária.
- (C) princípio da exclusividade orçamentária.
- (D) princípio da estimativa orçamentária.
- (E) princípio da exequibilidade orçamentária.

**18**

O Estado Alfa deseja criar, por meio de lei, vinculação de cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida a programa de apoio à inclusão e promoção social, inclusive com possibilidade de uso de parte desses recursos para concessão de gratificações de desempenho de atividade de assistência social (GDAS) a servidores públicos estaduais que atuam nesse setor.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) A tentativa estadual de vincular quaisquer receitas tributárias a programa de apoio à inclusão e promoção social viola o princípio orçamentário constitucional de não-vinculação das receitas.
- (B) Por expressa previsão da Constituição Federal, apenas por meio de lei complementar federal autorizativa seria possível criar tal vinculação a programa de apoio à inclusão e promoção social.
- (C) Por expressa previsão da Constituição Federal, apenas por meio de lei complementar estadual autorizativa seria possível criar tal vinculação a programa de apoio à inclusão e promoção social.
- (D) A Constituição Federal de 1988 veda o uso de tais recursos vinculados a programa de apoio à inclusão e promoção social para o pagamento da GDAS.
- (E) O percentual da receita tributária líquida a ser vinculado a programa de apoio à inclusão e promoção social viola o teto máximo de vinculação constitucionalmente permitido para tal finalidade.

**19**

No decurso da evolução histórica e legal do orçamento público brasileiro, houve uma Constituição brasileira que, diferentemente de todas as demais, estabeleceu competir ao próprio Poder Legislativo a elaboração da proposta de orçamento público.

A Constituição que veicula essa atribuição de competência ao Poder Legislativo foi a

- (A) Constituição Imperial de 1824.
- (B) Constituição Republicana de 1891.
- (C) Constituição Republicana de 1937.
- (D) Constituição Republicana de 1946.
- (E) Constituição Republicana de 1988.

**20**

Certo parlamentar do Estado Alfa deseja propor um projeto de lei ordinária estadual que, em seu art. 1º, cria uma nova hipótese de isenção tributária de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o que necessariamente acarretará diminuição da arrecadação tributária desse imposto. No mesmo projeto, em seu art. 2º, prevê que serão destinados aos programas agrícolas no território estadual parcelas de recursos nunca inferiores a 3% do orçamento bruto do Estado Alfa.

À luz do texto da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) A criação de nova hipótese de isenção de IPVA, acarretando a diminuição das receitas desse imposto, em razão de seus reflexos orçamentários, deve ser veiculada por projeto de lei de iniciativa exclusiva do Governador, e não de iniciativa parlamentar.
- (B) Por não se tratar a isenção de uma hipótese de renúncia de receita, mas sim de mera dispensa legal do pagamento de tributo, não é obrigatório que tal projeto de lei seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente da concessão de tal isenção.
- (C) Como se trata de matérias conexas com impactos orçamentários, os temas de concessão de isenção e de vinculação de recursos orçamentários para programas agrícolas podem ser veiculados no mesmo projeto de lei.
- (D) Somente lei complementar de caráter nacional poderia efetuar a vinculação de recursos orçamentários em patamares do orçamento bruto estadual.
- (E) O projeto de lei de iniciativa parlamentar que afeta receitas orçamentárias a programas agrícolas usurpa a iniciativa exclusiva do Governador, subtraindo de sua alçada a avaliação a respeito da conveniência e da oportunidade dos investimentos públicos.

**21**

O Poder Executivo do Município Alfa ultrapassou os limites de despesa total com pessoal e não logrou êxito em eliminar o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes. Além disso, o Município está em crise financeira e encontra-se em dificuldades para o pagamento de sua dívida mobiliária. Por essa razão, deseja contrair empréstimo com um banco privado estrangeiro a fim de poder honrar com o pagamento de sua dívida pública.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Mesmo diante de tal situação de crise financeira, o Poder Executivo do Município Alfa poderá contratar tal operação de crédito.
- (B) As operações de crédito de pessoa jurídica de direito público interno com instituições financeiras privadas estrangeiras são proibidas.
- (C) Tratando-se tal empréstimo de uma transferência voluntária, esta é vedada até que o Poder Executivo reconduza sua despesa total com pessoal aos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (D) Por se tratar de operação internacional de crédito público, somente se pode realizar tal empréstimo mediante garantia a ser concedida pela União.
- (E) É necessária autorização específica da Câmara dos Deputados para que o Poder Executivo do Município Alfa possa contrair tal empréstimo internacional.

**22**

O estudo do direito comparado em matéria orçamentária indica que, nos Estados Unidos da América, não havendo lei orçamentária aprovada até o primeiro dia do exercício fiscal norte-americano, nem lei específica com caráter provisório liberando gastos, implementa-se imediatamente a paralisação de serviços públicos por falta de recursos financeiros.

Tal fenômeno de paralisação é denominado

- (A) *impediment*.
- (B) *budgetary block*.
- (C) *appropriation*.
- (D) *shutdown*.
- (E) *continuing resolution*.

**23**

O Estado Alfa estabeleceu, em sua Constituição Estadual, os seguintes prazos para encaminhamento de projetos das leis orçamentárias estaduais:

- I. o projeto do plano plurianual (PPA), para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do Governador subsequente, será encaminhado até cinco meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;
- II. o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) será encaminhado até sete meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;
- III. o projeto de lei orçamentária anual (LOA) do Estado será encaminhado até três meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

À luz da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) São constitucionalmente admissíveis todos os prazos elencados.
- (B) São constitucionalmente admissíveis apenas os prazos para encaminhamento dos projetos do PPA e LDO elencados.
- (C) São constitucionalmente admissíveis apenas os prazos para encaminhamento dos projetos de LDO e LOA elencados.
- (D) São constitucionalmente admissíveis apenas os prazos para encaminhamento dos projetos de PPA e LOA elencados.
- (E) Nenhum dos prazos elencados é constitucionalmente admissível.

**24**

A Lei nº 10.180/2001 organiza e disciplina os sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal. Acerca do papel dos órgãos central e setoriais de orçamento federal à luz de tal lei, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) Os órgãos setoriais de planejamento e orçamento federal ficam sujeitos à orientação normativa do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, sendo sua supervisão técnica de atribuição privativa do órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.
- ( ) A unidade de planejamento e orçamento da Casa Civil da Presidência da República atua como um dos órgãos centrais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.
- ( ) Compete às unidades responsáveis pelas atividades de orçamento realizar estudos e pesquisas concernentes ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do processo orçamentário federal.

As afirmativas acima são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – V.

**25**

O Município Alfa, em séria dificuldade financeira e com apenas 30 mil habitantes, resolveu estabelecer, por projeto de lei municipal de iniciativa do Prefeito, que as obrigações de pequeno valor a serem pagas pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, se limitariam ao valor de R\$ 15.000,00. Já os pagamentos em virtude de sentença judiciária superiores a esse montante deveriam ser pagos pelo regime dos precatórios.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tal valor de R\$ 15.000,00 estabelecido por lei municipal para as obrigações de pequeno valor a serem pagas pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judicial, é constitucional.
- (B) A Constituição Federal prevê que as obrigações de pequeno valor a serem pagas pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judicial, são fixadas em 40 salários mínimos, não podendo estar abaixo desse patamar.
- (C) A Constituição Federal prevê que as obrigações de pequeno valor a serem pagas pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judicial, são fixadas em 30 salários mínimos, não podendo estar abaixo desse patamar.
- (D) Somente lei complementar de caráter nacional poderia alterar o valor das obrigações de pequeno valor a serem pagas pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judicial.
- (E) A iniciativa de tal projeto de lei é de competência privativa dos Tribunais de Justiça locais, pois são os competentes para a gestão de precatórios e requisições de pequeno valor de Estados e Municípios.

**26**

Certa empresa estrangeira está considerando começar a operar no Brasil. Sua indústria de atuação se caracteriza por ter um pequeno número de empresas que dominam a oferta do produto. Essas empresas têm poder significativo de mercado, o que lhes permite influenciar os preços, as quantidades produzidas e, conseqüentemente, as condições de mercado. Seus produtos são diferenciados.

A estrutura de mercado mais apropriada para a descrição acima é

- (A) oligopólio.
- (B) monopólio.
- (C) concorrência perfeita.
- (D) concorrência monopolística.
- (E) monopsônio.

**27**

Para os governos e para os reguladores, conhecer as estruturas de mercado é fundamental para que possam criar políticas públicas e regras que promovam a alocação de recursos de maneira mais eficiente.

Relacione as estruturas de mercado às respectivas descrições.

1. Monopólio.
  2. Oligopólio.
  3. Concorrência monopolística.
- ( ) Há poucas barreiras à entrada de novas empresas. Cada empresa tem algum poder sobre o preço do seu produto devido à diferenciação, mas esse poder é baixo. Existem muitos vendedores, cada um uma pequena parcela do mercado.
  - ( ) Existe apenas uma empresa que oferece o produto no mercado. Essa empresa tem bastante poder para determinar o preço do seu produto. Existe barreiras significativas a entrada de novas empresas no mercado.
  - ( ) O mercado é controlado por poucas empresas, cada uma com substancial parcela do mercado. Existem muitas barreiras a entrada no mercado e os produtos podem ser homogêneos ou diferenciados.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 3 – 1 – 2.
- (B) 3 – 2 – 1.
- (C) 2 – 3 – 1.
- (D) 2 – 1 – 3.
- (E) 1 – 3 – 2.



**28**

Em economia, a assimetria de informação refere-se a situações em que uma parte envolvida em uma transação possui mais informações do que a outra.

Assinale a opção que descreve corretamente uma consequência da assimetria de informação.

- (A) Pode levar à seleção adversa, onde um dos lados da transação é prejudicado pela falta de informações, podendo adquirir produtos de pior qualidade.
- (B) As transações com assimetria de informação tendem a aumentar a eficiência do mercado, resultando em preços mais baixos para os consumidores.
- (C) A assimetria de informação não tem impacto sobre a tomada de decisão dos agentes econômicos em mercados de concorrência perfeita.
- (D) A existência de assimetria de informação aumenta a transparência e a confiança entre as partes envolvidas em uma transação.
- (E) Reduz o problema de risco moral. A parte com mais informação (comprador) passa a ter um comportamento mais cuidadoso com o bem ou serviço comprado.

**29**

Considere um produtor monopolista que tem as seguintes informações:

A) Função de demanda do seu produto:

$$Q = 14 - 2P$$

B) Função custo de produção:

$$C = 2Q^2 - 18Q + 50$$

em que:

- Q = quantidade de unidades produzidas do bem;
- P = Preço do bem em reais R\$;
- C = Custo total.

Avalie se para que esse monopolista maximize seu lucro:

- I. a quantidade ótima a ser produzida será  $Q = 5$ ;
- II. o preço cobrado pelo monopolista para maximizar lucro será  $P = R\$ 4,25$ ;
- III. o preço cobrado pelo monopolista será maior do que num mercado perfeitamente competitivo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

**30**

Considere as características de bens públicos e semipúblicos. Assinale a opção que, nesse caso, melhor descreve uma diferença chave entre um bem público e um bem semipúblico.

- (A) Um bem público é caracterizado por ser não excludente e não rival, enquanto um bem semipúblico pode ser parcialmente excludente e apresentar rivalidade sob certas condições.
- (B) Tanto bens públicos quanto semipúblicos são totalmente financiados por taxas diretas impostas aos usuários.
- (C) Bens semipúblicos não são fornecidos pelo Estado, enquanto os bens públicos são exclusivamente providos pelo setor privado.
- (D) Bens públicos e semipúblicos são sempre completamente rivais no consumo.
- (E) A principal diferença entre bens públicos e semipúblicos é que os primeiros são sempre gratuitos, enquanto os segundos são sempre pagos.

**31**

*Em 2022, a carga tributária bruta (CTB) do Governo Geral (Governo Central, Estados e municípios) atingiu 33,71% do PIB, o maior percentual observado na série histórica iniciada em 2010.*

Ministério da Fazenda, 23 de outubro de 2023.

Com relação à Carga Tributária Bruta (CTB) no Brasil, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) A CTB do governo geral é a razão entre todos os tributos arrecadados e o PIB do país, excluindo-se as transferências de assistências e subsídios.
- ( ) No Brasil, em 2022, os tributos arrecadados nas esferas estaduais e municipais compuseram a maior parte de CTB do governo geral.
- ( ) Um aumento da cota de participação do Fundo de Participação dos Estados (FPE), causa um aumento na CTB do governo geral.
- ( ) A CTB do governo central (federal) não é afetada por variações na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F – V.
- (B) F – F – V – V.
- (C) F – F – F – V.
- (D) V – V – V – F.
- (E) V – V – F – F.

**32**

Na estimação de parâmetros de modelos econométricos, o estimador de mínimos quadrados ordinários (MQO) é largamente utilizado. A principal propriedade que esse estimador deve ter é ser consistente, ou seja, o estimador deve convergir para o verdadeiro parâmetro conforme o tamanho da amostra aumenta. Avalie se as seguintes condições são necessárias para a consistência do estimador de MQO.

- I. A distribuição de probabilidade dos erros do modelo deve ser uma distribuição Normal.
- II. A correlação entre as variáveis explicativas do modelo e o termo de erro deve convergir para zero.
- III. Os erros do modelo devem ter média igual a zero.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

**33**

Um pesquisador deseja estimar um modelo econométrico da receita pública dos estados brasileiros. Para isso, ele tem uma amostra de dados dos 27 estados e DF para o ano de 2022, com as seguintes variáveis:

- Y = do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em milhões de reais;
- X = alíquota do ICMS em %;
- Z = renda per capita de cada estado em milhares de reais;

O pesquisador planeja usar o seguinte modelo:

$$Y = a + b.X + c.X^2 + d.\ln(Z) + V$$

em que  $a$ ,  $b$ ,  $c$ ,  $d$  são parâmetros a serem estimados,  $\ln(Z)$  é o logaritmo natural de Z e V é o termo de erro do modelo.

Nessas condições, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- Para que os parâmetros do modelo possam ser estimados pelo método de mínimos quadrados ordinários (MQO) é preciso que a distribuição de probabilidade de V tenha distribuição Normal Padrão.
- Se os valores estimados de  $b$  e  $c$  forem, respectivamente, 2,5 e 7,5, então a relação entre Y e X tem o formato de uma curva de Lafer.
- Se o valor estimado de  $d$  for 0,5, significa que o efeito esperado de um aumento de 1% na renda per capita seria o aumento de 0,5% na receita de ICMS.

As afirmativas são, respectivamente,

- V – V – V.
- V – F – F.
- V – F – V.
- F – V – V.
- F – F – F.

**34**

Suponha que um economista queira estimar a relação entre a taxa de inflação e a taxa de juros no Brasil com o uso do seguinte modelo econométrico:

$$I = a + b*S + e$$

em que

- $a$  é o intercepto.
- $b$  é o coeficiente de regressão.
- S representa a taxa de juros Selic em %.
- I representa a taxa de inflação IPCA em %.

Ele também suspeita que haja simultaneidade no modelo, isto é, S também seria causado por I.

Nesse caso, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- Se de fato existe simultaneidade, então a estimação do modelo um pelo método mínimos quadrados ordinários (MQO) geraria estimadores inconsistentes do parâmetros.
- No caso de simultaneidade no modelo, o método de variáveis instrumentais seria o mais adequado para estimador o modelo. Os estimadores seriam consistentes.
- Um dos problemas para se usar o método de variáveis instrumentais é que nesse caso precisaríamos de no mínimo 3 instrumentos para testar a validade deles.

As afirmativas são, respectivamente,

- V – V – V.
- V – F – F.
- F – V – V.
- V – V – F.
- F – V – F.

**35**

Considerando um modelo econômico no qual a taxa de inflação (Y) é explicada pela emissão de moeda (X), um pesquisador depara com o problema de endogeneidade entre X e Y, decidindo então utilizar o método de Variáveis Instrumentais (VI) para estimar os parâmetros do modelo.

Nesse caso, assinale a opção que melhor descreve um requisito fundamental para que uma variável Z seja considerada um instrumento válido para X.

- Z deve ser correlacionada com X, mas não deve estar correlacionada com o termo de erro do modelo de regressão de Y em X.
- Z deve ser correlacionada com o termo de erro do modelo de regressão de Y em X, mas não com X.
- Z e Y devem ter uma relação de causalidade direta.
- Z deve ser determinada exclusivamente pelo termo de erro do modelo.
- A correlação entre Z e X é irrelevante, desde que Z seja uma variável exógena.

**36**

Um dos principais desafios para se trabalhar com dados de séries de tempo é que as variáveis podem ser não estacionárias e terem ordens de integração diferentes.

Considere um economista que busca estimar a relação entre a receita tributária (Y) e a produção industrial (X) no Brasil.

Suponha que o resultado do teste de Dickey-Fuller aumentado (ADF) foi aplicado para testar a presença de raiz unitária em cada uma das séries e rendeu o seguinte resultado:

- Y: p-valor do teste = 0,15 (15%);
- X: p-valor do teste = 0,001 (ou 0,1%).

Nesse caso, avalie as afirmativas a seguir.

- Receita tributária é uma série estacionária e produção industrial tem uma raiz unitária.
- Receita tributária e produção industrial podem ser cointegradas.
- O pesquisador deveria usar como variável dependente a primeira diferença da série de Receita tributária. Isso poderia resolver o problema de estacionariedade do modelo.

Está correto o que se afirma em

- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II, apenas.
- II e III, apenas.
- III, apenas.

37

Considere as propriedades de processos estocásticos estacionários e não estacionários em análise de séries temporais.

Assinale a opção que melhor descreve uma **diferença chave** entre um processo estocástico estacionário e um não estacionário.

- (A) Um processo estocástico estacionário possui média e variância constantes ao longo do tempo, enquanto um processo não estacionário exhibe mudanças na média, na variância ou em ambas ao longo do tempo.
- (B) Devido à sua natureza variável, apenas processos estocásticos não estacionários podem ser modelados e previstos usando técnicas de análise de séries temporais.
- (C) Processos estocásticos estacionários são caracterizados por uma dependência de longo prazo significativa entre suas observações, o que é inexistente em processos não estacionários.
- (D) Um processo estocástico não estacionário sempre retorna ao seu valor médio original após um choque, característica que não é observada em processos estacionários.
- (E) Processos estocásticos não estacionários podem ser tornados estacionários simplesmente aumentando o tamanho da amostra coletada, sem necessidade de transformações ou diferenciações.

38

Modelos econométricos do tipo Vetor Autorregressivo (VAR) e Vetor de Correção de Erros (VEC) são largamente usados em economia para se entender como duas ou mais variáveis interagem dinamicamente e para fazer previsões.

Considerando esses modelos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) O modelo VAR deve ser usado quando as séries temporais são não estacionárias de ordem 1 e têm uma relação de cointegração.
- ( ) A função impulso-resposta em modelos VAR permite analisar como uma variável é afetada por choques temporários em outra variável ao longo do tempo, mas essa análise não é possível em modelos VEC.
- ( ) Em modelos VEC, o termo de correção de erro é incorporado para ajustar o relacionamento de longo prazo entre as séries temporais cointegradas após choques temporários, algo que não é diretamente modelado em VAR tradicionais.
- ( ) A decomposição de variância em modelos VAR ajuda a entender a proporção da variância de previsão de cada variável que pode ser atribuída a choques em si mesma versus choques nas outras variáveis, uma análise que também é aplicável em modelos VEC.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – V – V – V
- (C) F – F – V – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) F – F – V – F.

39

Em economia, o Método dos Momentos Generalizados (GMM) é largamente utilizado para estimar diversos tipos de modelos econométricos.

Em relação ao GMM, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) O GMM é particularmente útil em situações em que as variáveis explicativas são endógenas, fornecendo uma maneira de obter estimadores consistentes mesmo na presença de endogeneidade.
- ( ) Na estimação por GMM, um teste de Hansen ajuda a confirmar a presença de instrumentos fracos, garantindo que os estimadores sejam consistentes e eficientes.
- ( ) Instrumentos fracos são um problema no GMM porque podem levar a estimativas com vies e variâncias grandes, comprometendo a validade dos resultados.
- ( ) Diferentemente do método de variáveis instrumentais, o GMM não pode ser usado para estimar modelos com erros padrão heteroscedásticos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
- (B) F – F – V – F.
- (C) V – F – V – V.
- (D) V – F – V – F.
- (E) V – F – F – V.

40

Considere que certo economista deseja medir o impacto da carga tributária (X) no PIB per capita (Y) dos países. Para isso, ele tem uma amostra de dados em painel de N = 70 países, indo de 2015 a 2019 (T = 5 anos).

O modelo a ser estimado é:

$$Y_{it} = \alpha + \gamma Y_{it-1} + \beta X_{it} + C_i + V_{it}$$

no qual  $\alpha$ ,  $\gamma$  e  $\beta$  são parâmetros a serem estimados;  $C_i$  é a parte do erro do modelo que varia apenas para os países (i) e  $V_{it}$  é a parte do erro que varia para os países e no tempo (t).

Nesse caso, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Em modelos de painel dinâmico, a inclusão de defasagens da variável dependente como regressores pode ajudar a capturar a dinâmica temporal e os efeitos de persistência dentro das unidades de painel.
- II. O estimador de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) é geralmente eficiente e livre de vies em modelos de painel dinâmico, mesmo na presença de variáveis dependentes defasadas.
- III. O estimador de primeira diferença é preferível ao estimador de Efeitos Fixos (FE) ao estimador MQO em modelos de painel dinâmico porque elimina o termo de erro invariável no tempo, eliminando assim a endogeneidade.
- IV. O Método dos Momentos Generalizados Diferença (GMM-Diff), desenvolvido por Arellano e Bond (1991), é frequentemente usado para estimar modelos de painel dinâmico, pois lida efetivamente com a endogeneidade das variáveis dependentes defasadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

**41**

O Brasil, em sua história recente, adotou diversos planos econômicos com o objetivo de estabilizar a economia e controlar a inflação.

Relacione o plano econômico às respectivas medidas principais.

1. Plano Real
  2. Plano Cruzado
  3. Plano Collor
  4. PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo)
- ( ) Implementou um congelamento de preços e salários em toda a economia. Além disso, introduziu uma nova moeda e cortou zeros da nova moeda.
- ( ) Introduziu uma nova moeda, como parte de um processo de estabilização econômica que incluía uma âncora cambial. A transição para a nova moeda foi precedida pela criação de uma unidade de referência de valor que foi utilizada para estabilizar os preços antes da introdução da nova moeda.
- ( ) Focou em reformas estruturais e fiscais, com ênfase no ajuste fiscal, na contenção da expansão do crédito e na reforma tributária. Uma de suas medidas importantes foi a introdução de correção monetária nas finanças do governo e nos contratos financeiros, visando ajustar valores pela inflação.
- ( ) Bloqueou ativos financeiros, em que percentuais elevados dos valores depositados em contas correntes e de poupança foram congelados e retidos pelo governo. Além disso, congelou preços e salários.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 3 – 1 – 4 – 2.
- (B) 3 – 2 – 1 – 4.
- (C) 2 – 1 – 4 – 3.
- (D) 2 – 3 – 1 – 4.
- (E) 4 – 1 – 3 – 2.

**42**

A Emenda Constitucional 109, mais conhecida como “PEC Emergencial”, foi promulgada em 15 de março de 2021. O objetivo foi criar instrumentos de ajuste fiscal futuro e permitir o pagamento de auxílio emergencial no ano de 2021.

Avalie se as seguintes medidas constavam na PEC Emergencial:

1. Desobrigou a União a financiar estados e municípios para pagamento de precatórios, afastando o risco de perda financeira do Tesouro Nacional.
2. Estabeleceu a obrigação de o presidente da República enviar um plano de redução de benefícios federais de ordem tributária.
3. Criou para os estados e municípios gatilhos de contenção de despesas obrigatória, sendo que o gatilho dispara quando a despesa corrente estiver igual ou maior que 95% da receita corrente.
4. Estabeleceu limite para a razão despesa com pessoal sobre receita corrente líquida para estados e municípios.

Faziam de fato parte da PEC Emergencial

- (A) 1, 2 e 3, apenas.
- (B) 2 e 3, apenas.
- (C) 2, 3 e 4, apenas.
- (D) 1 e 4, apenas.
- (E) 1, 2, 3 e 4.

**43**

Suponha que, num país que passa por processo inflacionário, o Banco Central decida fazer uma política monetária contracionista. Considerando um cenário de economia fechada e o modelo IS/LM, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) A política monetária contracionista resulta em taxas de juros mais baixas, estimulando investimentos e consumo.
- ( ) A curva LM se desloca para a esquerda, refletindo uma diminuição na oferta de moeda, o que aumenta a taxa de juros e reduz o investimento e o consumo.
- ( ) A curva IS se desloca para a direita devido ao aumento da taxa de juros, que incentiva mais investimentos.
- ( ) Uma política monetária contracionista leva a uma valorização cambial pelo aumento das taxas de juros.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) F – V – F – F.
- (D) V – F – V – F.
- (E) F – F – F – V.

**44**

Em determinada economia, o governo decide implementar uma política de aumento das taxas de juros para controlar a inflação.

Assinale a opção que melhor descreve os possíveis efeitos dessa política sobre a economia.

- (A) O aumento das taxas de juros pode reduzir a inflação ao desencorajar o consumo e o investimento, mas também pode resultar em um déficit fiscal maior se o custo do serviço da dívida aumentar, potencialmente reduzindo o nível de atividade econômica.
- (B) Um aumento nas taxas de juros estimula diretamente o consumo e o investimento, levando a um superávit fiscal e aumentando a inflação, o que por sua vez estimula o crescimento econômico.
- (C) Aumentar as taxas de juros leva a uma redução imediata no resultado fiscal, independentemente do efeito sobre a inflação e o nível de atividade, pois taxas mais altas sempre diminuem a receita do governo.
- (D) Elevação das taxas de juros não tem impacto sobre a inflação, mas resulta em um aumento direto no nível de atividade econômica devido ao aumento do custo do empréstimo que incentiva o governo a gastar mais.
- (E) O aumento das taxas de juros diminui o serviço da dívida do governo, melhorando o resultado fiscal e aumentando o nível de atividade econômica, independentemente de seus efeitos sobre a inflação.

45

Em análises macroeconômicas, a interação entre dívida pública e déficit público é fundamental para compreender as políticas fiscais e sua sustentabilidade a longo prazo.

Dado esse contexto, considere as afirmações a seguir e identifique qual descreve adequadamente a dinâmica entre estas duas variáveis fiscais cruciais.

- (A) A expansão da dívida pública é um indicador de robustez econômica, pois sinaliza a capacidade do governo de sustentar superávits orçamentários futuros, equilibrando assim automaticamente suas contas ao longo do tempo.
- (B) O surgimento de um déficit público contribui para o aumento da dívida pública quando o governo opta por financiar esse desequilíbrio por meio da emissão de títulos ou contraindo empréstimos.
- (C) Existe uma distinção operacional absoluta entre dívida pública e déficit público, haja vista que o primeiro refere-se exclusivamente ao volume de recursos captados internamente, enquanto o segundo é uma medida de desempenho orçamentário sem impacto real na posição fiscal do governo.
- (D) A diminuição dos déficits anuais resulta na redução direta e proporcional do estoque da dívida pública, refletindo uma correlação de um para um entre estas duas medidas fiscais, independentemente das condições de financiamento ou encargos da dívida preexistentes.
- (E) Quando um governo registra déficits fiscais, isso invariavelmente leva a uma redução imediata no estoque da dívida pública, haja vista que déficits sinalizam um aperto fiscal que contrai o montante total de endividamento público.

46

Ao analisar projetos de investimento e políticas públicas, especialistas frequentemente diferenciam entre avaliações social e privada para determinar o impacto e a viabilidade de tais iniciativas.

Considerando essa distinção, analise as afirmativas a seguir.

- I. A avaliação privada de projetos foca no retorno financeiro direto aos investidores, incorporando o custo de oportunidade do capital baseado em suas alternativas de investimento, enquanto a avaliação social considera o custo de oportunidade do capital para a sociedade como um todo.
- II. Na avaliação social de projetos, a taxa de desconto utilizada é tipicamente mais alta do que na avaliação privada, refletindo uma maior preferência pela alocação eficiente de recursos do ponto de vista social em comparação com interesses privados.
- III. Externalidades, tanto positivas quanto negativas, são elementos centrais na avaliação social de projetos, pois esta abordagem visa medir o impacto total do projeto sobre o bem-estar social, incluindo efeitos sobre terceiros que não estão diretamente envolvidos no projeto.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

47

No contexto da elaboração do orçamento público, a previsão de receitas é um processo fundamental que requer a aplicação de métodos analíticos para estimar as entradas financeiras do governo.

Considerando as variáveis macroeconômicas e os métodos de previsão, assinale a opção que melhor descreve uma abordagem eficaz para a previsão de receita pública.

- (A) A previsão de receita pública baseia-se exclusivamente na análise de tendências históricas das receitas, ignorando variáveis macroeconômicas como PIB, inflação e taxas de emprego, uma vez que estas têm pouca ou nenhuma influência nas receitas futuras.
- (B) Modelos de previsão baseados em inteligência artificial e *machine learning* não são adequados para a previsão de receitas públicas devido à complexidade e à natureza imprevisível das finanças públicas.
- (C) A previsão de receita pública deve ser ajustada apenas uma vez ao ano, durante o processo de elaboração do orçamento, para evitar revisões frequentes que possam causar instabilidade nas políticas públicas.
- (D) Técnicas econométricas que integram variáveis macroeconômicas, como crescimento do PIB, taxas de inflação e níveis de emprego, junto com análises de tendências históricas, proporcionam uma base mais sólida para estimativas precisas de receitas futuras.
- (E) A previsão de receitas públicas é mais precisa quando baseada unicamente em declarações de políticos e líderes governamentais, pois eles têm informações privilegiadas sobre políticas fiscais futuras e mudanças regulatórias.

48

Considere o uso de um modelo vetor autorregressivo (VAR) na análise de séries temporais econômicas. Esse modelo é amplamente aplicado devido a sua capacidade de capturar as interações dinâmicas entre múltiplas variáveis econômicas.

No contexto da aplicação de um modelo VAR, assinale a opção que descreve corretamente a inter-relação entre a decomposição histórica e a função de impulso-resposta.

- (A) A decomposição histórica e a função de impulso-resposta são métodos alternativos para a estimação dos parâmetros do modelo VAR, sendo que o pesquisador deve escolher entre um ou outro ao aplicar o modelo.
- (B) A função de impulso-resposta é utilizada para prever os efeitos de longo prazo de choques aleatórios, enquanto a decomposição histórica não tem relevância em modelos VAR, pois foca apenas em dados estáticos.
- (C) Enquanto a função de impulso-resposta permite analisar o efeito dinâmico de choques unidirecionais em uma variável sobre outras no sistema VAR, a decomposição histórica fornece uma análise detalhada de como esses choques contribuíram para a trajetória histórica observada de cada variável ao longo do tempo.
- (D) A decomposição histórica é uma técnica primária para identificar a presença de raízes unitárias em séries temporais dentro do modelo VAR, substituindo a necessidade de realizar testes de raiz unitária tradicionais.
- (E) A função de impulso-resposta é usada exclusivamente para determinar a ordem de integração das variáveis no modelo VAR, enquanto a decomposição histórica é aplicada somente após a confirmação de que todas as variáveis são estacionárias.

49

Num modelo Keynesiano fechado, considere os efeitos de curto prazo na demanda agregada decorrentes de variações nos gastos do governo e na tributação.

Com base nesse cenário, analise as seguintes afirmações e indique se cada uma é verdadeira (V) ou falsa (F).

- ( ) Um aumento nos gastos do governo de R\$100 milhões, assumindo um multiplicador de gastos do governo de 5, resultará em um aumento de R\$500 milhões na demanda agregada, demonstrando o poderoso efeito multiplicador dos gastos governamentais.
- ( ) A redução da tributação, ao aumentar a renda disponível das famílias, estimula o consumo e, conseqüentemente, a demanda agregada, porém o efeito multiplicador da redução da tributação é geralmente menor do que o dos gastos do governo diretos, devido à propensão marginal a consumir.
- ( ) O efeito multiplicador dos gastos do governo é instantaneamente anulado pelo efeito da tributação sobre a renda, resultando em nenhuma mudança na demanda agregada, independentemente do tamanho do ajuste fiscal implementado.
- ( ) A eficácia do multiplicador fiscal depende da propensão marginal a consumir (PMC) da economia; quanto maior a PMC, maior será o impacto dos gastos do governo e da tributação na demanda agregada.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) F – F – V – V.
- (E) F – F – F – V.

50

Com relação à estrutura tributária e aos princípios da equidade fiscal, os tributos são classificados em diretos e indiretos, além de serem analisados quanto a sua progressividade ou regressividade.

Neste contexto, assinale a opção que descreve corretamente a natureza e o impacto dessas categorias de tributos sobre diferentes faixas de renda na população.

- (A) Tributos diretos são geralmente considerados regressivos, pois são cobrados indiretamente através de bens e serviços, afetando desproporcionalmente as camadas mais pobres da população que dedicam uma parcela maior de sua renda ao consumo.
- (B) A progressividade dos tributos indiretos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), é evidenciada pelo fato de que pessoas com maior renda consomem mais e, portanto, pagam mais imposto em termos absolutos, aliviando a carga tributária sobre os mais pobres.
- (C) Tributos diretos, como o Imposto de Renda, são considerados progressivos porque suas alíquotas aumentam com a capacidade contributiva do indivíduo, fazendo com que aqueles com maiores rendas contribuam proporcionalmente mais para o financiamento público.
- (D) Os tributos indiretos são inerentemente progressivos, pois são aplicados uniformemente a todos os consumidores, independentemente de sua renda, garantindo que todos contribuam igualmente para o financiamento dos serviços públicos.
- (E) A regressividade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) demonstra que os tributos diretos penalizam as camadas de menor renda, visto que todos pagam o mesmo percentual independentemente do valor do veículo ou da renda do proprietário.

51

De acordo com a Lei nº 10.180/2001, o Sistema de Contabilidade Federal tem por finalidade registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União e evidenciar o que se apresenta nos itens a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) A renúncia de receitas de órgãos e entidades federais.
- (B) A situação patrimonial do ente público e suas variações.
- (C) A aplicação dos recursos da União, por unidade da Federação beneficiada.
- (D) Os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal.
- (E) As operações realizadas pelas entidades governamentais e os seus efeitos sobre às entidades privadas.

52

Em relação às transferências intergovernamentais constitucionais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), no momento da arrecadação pelo ente transferidor, assinale a opção correta acerca do modo como o ente receptor reconhece o montante.

- (A) Não há reconhecimento até a efetiva transferência financeira.
- (B) Ativo, em contrapartida de passivo, com impacto no superávit financeiro.
- (C) Ativo, em contrapartida de passivo, sem impacto no superávit financeiro.
- (D) Ativo, em contrapartida de variação patrimonial aumentativa, sem impacto no superávit financeiro.
- (E) Ativo, em contrapartida de variação patrimonial aumentativa, com impacto no superávit financeiro.

53

Em relação ao suprimento de fundos, é correto afirmar que

- (A) representa uma despesa pelo enfoque patrimonial.
- (B) não pode ser utilizado para despesas em caráter sigiloso.
- (C) é realizado somente por órgãos que possuem receitas próprias.
- (D) constitui despesa orçamentária, e percorre os estágios do planejamento e da liquidação.
- (E) em sua liquidação, ocorre o registro de um passivo e a incorporação de um ativo.

54

Uma entidade do setor público apresentava os seguintes saldos no quadro principal de seu Balanço Orçamentário:

Recursos arrecadados em exercícios anteriores: R\$120.000;  
 Dotação inicial das despesas correntes e de capital: R\$250.000;  
 Superávit financeiro de exercícios anteriores: R\$180.000;  
 Reabertura de créditos adicionais: R\$70.000; Previsão inicial das receitas correntes e de capital: R\$360.000; Reserva de contingências: R\$90.000.

O total dos Saldos de Exercícios Anteriores, demonstrado nesta demonstração, é de

- (A) R\$300.000.
- (B) R\$370.000.
- (C) R\$390.000.
- (D) R\$410.000.
- (E) R\$460.000.

**55**

Uma entidade do setor público possui saldo de R\$50.000 referente à conta Garantias e Contragarantias recebidas.

Essa conta está localizada, respectivamente, no seguinte grupo e quadro do Balanço Patrimonial da entidade:

- (A) Ativo Circulante, no Quadro Principal.
- (B) Fonte de Recursos, no Quadro do Superavit/Deficit Financeiro.
- (C) Atos Potenciais Ativos, no Quadro das Contas de Compensação.
- (D) Ativo Financeiro, no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.
- (E) Ativo Permanente, no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

**56**

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) é

- (A) o sistema informatizado que suporta os processos de Planejamento e Orçamento do Governo Federal.
- (B) um sistema de abrangência nacional criado com a missão de integrar todas as plataformas de gestão da folha de pessoal dos servidores públicos.
- (C) o sistema informatizado que processa e controla a execução orçamentária, financeira e patrimonial da União, por meio de terminais instalados em todo o Território Nacional.
- (D) um sistema baseado em um modelo conceitual e sistêmico que organiza as informações de custos recebidas dos sistemas estruturantes do governo, especialmente os de informações financeiras.
- (E) um sistema estruturante das atividades de desenvolvimento organizacional das entidades do Poder Executivo Federal, apoiado na construção de espaços de articulação entre dirigentes e técnicos dos órgãos, com atuação em temas de gestão.

**57**

Uma entidade do setor público identificou que as necessidades adicionais de informação contábil de um de seus usuários não eram satisfeitas pelos relatórios contábeis disponíveis a ele.

A entidade optou por evidenciar um relatório específico para atender a essas necessidades, em detrimento à inclusão da informação em relatório já existente.

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, nesse caso, o relatório específico pode ser necessário quando

- (A) representa uma exigência da auditoria independente, que considera a divulgação com a melhor qualidade.
- (B) é direcionado ao atendimento de necessidades dos usuário primários, cujo entendimento é prioritário.
- (C) diz respeito a informações especializadas e direcionadas à segmento diferente, sendo este primário ou secundário.
- (D) envolve menores custos para elaboração, enquanto nenhum aumento é observado em relação aos custos de auditoria e evidenciação.
- (E) é considerado mais adequado ao alcance dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil e do cumprimento das características qualitativas da informação.

**58**

De acordo com o Manual de Informações de Custos do Governo Federal, o grande desafio da contabilidade aplicada ao setor público e da contabilidade de custos no serviço público, com a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas a Setor Público, foi

- (A) a ampliação da utilidade da contabilidade de custos para a tomada de decisões dos usuários internos do setor público.
- (B) a adoção de normas que são elaboradas para serem seguidas em outros países, com estruturas públicas diferentes.
- (C) a exigência da comparabilidade entre as demonstrações contábeis de períodos distintos, que seguiam padrões e normas diferentes.
- (D) a mudança do enfoque orçamentário para o patrimonial, sem perder de vista, contudo, os mandamentos legais que regem o orçamento.
- (E) a aplicação do regime de competência em detrimento ao regime de caixa em todas as demonstrações contábeis, com exceção à dos fluxos de caixa.

**59**

De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual I- Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, trabalho de asseguração é o trabalho no qual o auditor independente visa a obter evidências apropriadas e suficientes para expressar sua conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis. Portanto, o resultado da mensuração ou avaliação do objeto é a informação que resulta da aplicação do critério ao objeto.

Nesse sentido, demonstrações contábeis resultam

- (A) da mensuração da posição patrimonial e financeira da entidade, do desempenho e dos fluxos de caixa (objeto) ao aplicar a estrutura de relatórios financeiros aplicáveis (critério).
- (B) da expectativa de realização dos elementos patrimoniais e de resultado (objeto) ao considerar a essência econômica sobre a forma jurídica (critério).
- (C) do julgamento da posição patrimonial, orçamentária, econômica e financeira (objeto) ao considerar os custos e os benefícios de produzir a informação (critério).
- (D) da interpretação dos atos e fatos observados no exercício (objeto) ao aplicar as normas e legislação vigentes (critério).
- (E) da avaliação dos vários aspectos de desempenho (objeto) ao adotar as metodologias de mensuração aplicáveis (critério).

60

A natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados no trabalho de asseguarção limitada são planejadas para obter um nível de segurança que seja, no julgamento profissional do auditor independente, significativo.

Para que seja significativo, o nível de segurança obtido pelo auditor deve ser capaz de

- (A) aumentar a confiança dos usuários previstos sobre a informação do objeto em nível que seja mais do que irrelevante.
- (B) fornecer opiniões, pontos de vista ou declarações profissionais dos quais o usuário previsto pode extrair alguma confiança em relação ao objeto.
- (C) assegurar aos usuários previstos que a mensuração e a avaliação do objeto seguem as características qualitativas da informação contábil.
- (D) garantir aos usuários previstos que os casos de fraude e de erro nas demonstrações contábeis são improváveis.
- (E) transmitir tranquilidade aos usuários previstos em relação às boas práticas contábeis adotadas na mensuração do objeto.

61

Sobre as modalidades de auditoria aplicadas ao setor público, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Elementos da auditoria operacional podem ser parte de uma auditoria mais abrangente que também cubra aspectos de auditoria de conformidade, mas não se admite tal procedimento nas auditorias financeiras.
- II. A auditoria de conformidade pode cobrir uma ampla variedade de objetos e pode ser realizada com o objetivo de fornecer asseguarção razoável ou limitada, utilizando diversos tipos de critérios, procedimentos de obtenção de evidências e formatos de relatório.
- III. Os auditores devem considerar a materialidade em todas as fases do processo de auditoria operacional, conferindo especial atenção somente aos aspectos financeiros, independentemente dos aspectos sociais e políticos do objeto, com o objetivo de entregar tanto valor agregado quanto seja possível.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

62

Sobre os diferentes sistemas de controle externo adotados em diferentes Estados, leia o fragmento a seguir.

*...há três grandes características que diferenciam, em regra, os dois sistemas, quais sejam: a colegialidade processual-decisória, o poder sancionatório e o poder jurisdicional*

(Viana, Ismar. Fundamentos do Processo de Controle Externo. Ed. Lumen Juris, 2019, p. 48)

Sobre o sistema de controle externo adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é correto afirmar que

- (A) privilegia o sistema de auditorias gerais no âmbito do Poder Executivo das três esferas de governo.
- (B) não admite a criação de Tribunal ou Conselho de Contas dos Municípios no âmbito da administração direta estadual, com exceção dos Tribunais de Contas dos Municípios do Rio de Janeiro e São Paulo.
- (C) adota o princípio da colegialidade no âmbito dos Tribunais de Contas, o que não veda a adoção de decisões monocráticas pelos respectivos ministros e conselheiros na forma definida em suas normas internas.
- (D) caracteriza-se pela função sancionatória que tipifica as auditorias operacionais e financeiras, hipótese em que se deve assegurar o contraditório e a ampla defesa aos agentes públicos eventualmente punidos.
- (E) admite a função pedagógica, que se operacionaliza especialmente por meio da elaboração de pareceres prévios, aplicação de multas, registro de atos de aposentadoria, recebimento e processamento de denúncias e representações e outros procedimentos de competência das auditorias gerais.

63

O ato de aposentadoria de Epaminondas, servidor do município X de um Estado da Federação, foi devidamente editado, publicado e encaminhado pela administração municipal ao respectivo Tribunal de Contas em março de 2013.

Em junho de 2019, ao apreciar o respectivo processo administrativo para fins de registro, a Corte de Contas verificou que uma das parcelas computadas no ato de concessão inicial apresentava vício de legalidade.

Nessa hipótese, assinale a afirmativa correta acerca dos procedimentos a serem adotados pelo Tribunal de Contas (TC), considerando a legislação e jurisprudência aplicáveis à situação hipotética.

- (A) O ato de aposentadoria é considerado tacitamente registrado, tendo em vista a decadência administrativa, já que, segundo jurisprudência do STF, o TC tem o prazo de cinco anos para decidir pelo registro do ato.
- (B) O TC somente poderá anular o ato de aposentadoria se assegurar a Epaminondas o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- (C) A administração pública tem o prazo de 2 (dois) anos para anular os atos dos quais decorram efeitos patrimoniais contínuos ao beneficiário do ato.
- (D) O ato de aposentadoria é considerado complexo, pelo que o TC não poderá anulá-lo, vez que somente os atos administrativos perfeitos sujeitam-se ao regime das nulidades.
- (E) Da decisão que negar o registro da aposentadoria não caberá recurso, tendo em vista que o ato não se aperfeiçoou e, portanto, inexistente juridicamente.



64

Um Deputado Federal encaminhou ofício ao Tribunal de Contas da União (TCU) requerendo a realização de uma auditoria operacional tendo por objetivo a avaliação de aspectos da governança de uma agência reguladora federal.

Considerando as disposições constitucionais e jurisprudenciais aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) O TCU pode indeferir o pedido, tendo em vista que sua autonomia funcional autoriza a realização de atividades de fiscalização somente por iniciativa própria, não sendo admitido o início de quaisquer atividades de controle externo por provocação de outro órgão ou Poder.
- (B) O Deputado Federal não possui legitimidade para iniciar auditorias ou inspeções no TCU, porém, em razão de sua autonomia funcional, a Corte de Contas poderá avaliar a oportunidade e conveniência de realizá-la.
- (C) O requerimento somente poderia ser admitido se originado de Comissão Técnica ou de Inquérito de quaisquer das casas do Congresso Nacional, hipótese em que os trabalhos respectivos deveriam ser concluídos no prazo de 180 dias.
- (D) Qualquer membro do Congresso Nacional, Deputado ou Senador, bem como os órgãos que integram a Casa Legislativa, inclusive as Comissões de Inquérito, poderão requerer a realização de auditorias e inspeções ao TCU e cujo relatório respectivo poderá subsidiar os trabalhos realizados pelos parlamentares.
- (E) O TCU deverá atender ao requerimento do parlamentar, o que não configura violação de sua autonomia funcional que, por sua vez, é relativa, tendo em vista que, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, o TCU integra a sua estrutura orgânica.

65

Em razão de convênio firmado entre a União e o Estado X para execução de um programa de infraestrutura federal, foram repassados ao ente subnacional recursos federais no montante de R\$ 280 milhões a serem aplicados na construção de rodovias e na ampliação de um porto localizado no referido Estado.

O TCU realizou uma auditoria de conformidade nas obras conduzidas pelo Estado X decorrentes da aplicação dos recursos federais transferidos e encaminhou o relatório respectivo ao Congresso Nacional, indicando graves indícios de irregularidades na execução das referidas obras.

Considerando a situação hipotética, sobre o controle externo de obras públicas a cargo do Congresso Nacional (CN), avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) Ao receber os recursos transferidos por convênio, esses passam a integrar os cofres estaduais, de forma que a competência para fiscalização se transfere automaticamente ao Tribunal de Contas do Estado X, excluindo-se quaisquer ações fiscalizatórias do CN em benefício do princípio federativo.
- ( ) O Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, integrante da Comissão Mista Permanente de Infraestrutura do Congresso Nacional, poderá realizar inspeções para avaliar a legalidade, a economicidade e a legitimidade dos recursos aplicados.
- ( ) Caso o relatório seja encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamento e Fiscalização, ele deverá ser reencaminhado à Mesa do Congresso Nacional, para posterior distribuição ao órgão competente do CN para analisar os fatos narrados no relatório do TCU, tendo em vista a ausência de atribuições da referida Comissão Mista na situação narrada.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – V.
- (E) F – F – F.

66

No município X, os Poderes Legislativo e Executivo utilizam sistemas próprios de execução orçamentária que, embora não se comuniquem, permitem a elaboração de relatórios sobre a execução dos respectivos orçamentos e que são publicados no portal da transferência de cada um desses Poderes.

Considerando a situação hipotética e as normas sobre transparência, fiscalização e controle da execução orçamentária estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a afirmativa correta.

- (A) Os Poderes Executivo e Legislativo do referido município deverão assegurar a transparência da execução orçamentária mediante a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração, monitoramento e avaliação dos orçamentos.
- (B) Tanto a administração direta quanto a indireta de todos os Poderes do Município X deverão disponibilizar suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de orçamento da União.
- (C) Para fins de fiscalização, os Poderes Executivo e Legislativo do município X deverão liberar ao pleno conhecimento da população os dados referentes ao lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, exceto os referentes aos recursos extraordinários.
- (D) A existência de sistemas diferentes e sem integração pelos Poderes do município X ferem a legislação aplicável, pois o município deveria utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo e utilizado por todos os Poderes, órgãos, autarquias, fundações e empresas públicas dependentes do referido ente federativo.
- (E) As contas apresentadas pelos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Município X ficarão disponíveis, durante todo o exercício, na sede dos respectivos Poderes e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

67

A NBASP 9020-Avaliação de Políticas Públicas apresenta diversas orientações sobre o processo de avaliação de políticas públicas (APP) e discorre, ainda, sobre as diferenças e convergências entre a APP e a auditoria operacional.

Segundo a referida norma, o aspecto da APP em que se analisa a adequação dos seus objetivos em relação às necessidades sociais, econômicas ou ambientais que a política pública quer atender denomina-se

- (A) efetividade.
- (B) utilidade.
- (C) adequação.
- (D) eficiência.
- (E) relevância.

68

Segundo disposições do Decreto Federal nº 9.203/2017, uma das diretrizes da governança pública é avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas.

Nos termos do referido normativo, avalie se os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional instituirão programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, estruturado nos seguintes eixos:

- I. comprometimento e apoio a todos os níveis organizacionais;
- II. existência de unidade responsável pela implementação no órgão ou na entidade;
- III. análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade;
- IV. monitoramento trienal dos atributos do programa de integridade.

Estão corretos os eixos

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

69

A avaliação de políticas públicas pode ser compreendida como um estudo crítico que consiste na adoção de métodos e técnicas de pesquisas capazes de avaliar que, na ausência de um programa “x”, não haveria o resultado “y”.

Ao tratar sobre os tipos de avaliação de políticas públicas (APP), a doutrina aponta cinco espécies diferentes de APP.

Considerando os conceitos e características dessas espécies de APP, assinale a afirmativa correta.

- (A) A avaliação de desempenho avalia antes os produtos do que os insumos de um programa; seu alvo principal é avaliar o que o programa está produzindo.
- (B) A avaliação de esforço tenta medir o alcance das metas de um programa; a análise dos insumos utilizados na execução dos programas possui uma função secundária nesse tipo de APP.
- (C) Na avaliação do tipo “*value money*” avalia-se o alcance dos objetivos de um programa independentemente de seu desempenho ou de seus produtos.
- (D) Nas avaliações de processos se analisa a aplicação dos insumos e dos investimentos com pessoal, comunicação, transporte e outros, confrontando-os com os objetivos definidos para o programa.
- (E) A avaliação de eficiência não considera elementos das avaliações de esforço e de desempenho, pois sua finalidade é distinta da definida para essas espécies de APP.

**70**

Os Tribunais de Contas são órgãos integrantes do sistema de *accountability* brasileiro com as prerrogativas e atribuições definidas na Carta Magna de 1988.

Esses tribunais possuem diversas funções, como a pedagógica, a sancionatória e a punitiva, com diferentes graus de eficácia.

Sobre a temática da eficácia das decisões dos Tribunais de Contas, assinale a afirmativa correta, considerando as disposições constitucionais e jurisprudenciais vigentes.

- (A) Cabe à administração estadual, por meio das respectivas Procuradorias de Estado, executar os créditos decorrentes de multas aplicadas por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal condenado por danos ao erário da cidade.
- (B) Se, durante a realização de uma auditoria de conformidade, o Tribunal de Contas verificar a probabilidade de grave dano ao erário decorrente da continuidade da execução de um contrato antieconômico, poderá, cautelarmente, decidir por sua imediata suspensão
- (C) No exercício do poder regulamentar, o Tribunal de Contas poderá decidir pela irrecorribilidade dos pareceres prévios das contas prestadas anualmente por governador do respectivo Estado sem que tal decisão represente ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- (D) Na análise de atos sujeitos a registro, o Tribunal de Contas do Estado poderá determinar a supressão de vantagem pecuniária incorporada aos proventos de aposentadoria por força de decisão judicial transitada em julgado se, no caso concreto, verificar a inconstitucionalidade da norma que fundamentou a concessão da referida vantagem.
- (E) O ato de aposentadoria é ato administrativo complexo, aperfeiçoando-se com o registro perante o Tribunal de Contas. Por estar sujeito à condição resolutiva, não se submete aos efeitos da decadência administrativa antes da manifestação da vontade final da administração.

Realização

